

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2018-01-10

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Amaro, R. R. (2017). Nota Editorial: A Economia Solidária e os Comuns. *Revista de Economia Solidária*. 11, 1-3

Further information on publisher's website:

<http://www.aceesa-atlantico.org/publicacoes/revista.php>

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Amaro, R. R. (2017). Nota Editorial: A Economia Solidária e os Comuns. *Revista de Economia Solidária*. 11, 1-3. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

NOTA EDITORIAL DO Nº 11 (“A ECONOMIA SOLIDÁRIA E OS COMUNS”)

Nos tempos idos existam os “bens comunais” ou “comunitários”, pertença e geridos colectivamente pelas comunidades, como são exemplos os “Baldios” ou “terras comunais”, que existiam um pouco por todo o Norte e Centro de Portugal e que ainda subsistem, actualmente de forma quase excepcional, geridos, por exemplo, por “Assembleias de Compartes” (que ultimamente vêm ganhando novo fôlego).

Ao longo dos tempos foram minguando, alvo dos apetites dos interesses privados (do capitalismo) ou da lógica pública (do Estado). Não é, por isso, de espantar que a tese da “Tragédia dos Comuns”¹ tenha tido muitos apoiantes, no fundo com o argumento de que a propriedade e a gestão comunitárias não seriam eficientes, levando ao esgotamento ou à destruição dos recursos comuns, pelo que as melhores soluções seriam sempre ou a privatização (propriedade e gestão privada, segundo a lógica do mercado) ou a nacionalização (propriedade e gestão pública, segundo a lógica do Estado), ou seja, remetendo para os modelos dicotómicos de propriedade e a gestão típicos do século XX: mercado ou Estado; capitalismo ou socialismo.

Contudo, em 1999, numa célebre investigação, que lhe valeu a atribuição, em 2009, do Prémio Nobel de Economia, a primeira concedida a uma mulher, a economista política norte-americana, Elinor Ostrom, com a sua equipa, conseguiu ilustrar e provar que, em várias partes do Mundo, diversas comunidades geriam eficientemente bens comuns, de uma forma comunitária, a partir do momento em que definiam e defendiam valores e processos cooperativos, que todos aceitavam e praticavam, desmontando ou, pelo menos, relativizando a ideia da inevitabilidade da tragédia dos Comuns².

A partir de então, foi relançado o debate sobre os Comuns, tendo surgido inúmeros artigos, livros, comunicações e outras publicações sobre o tema, valorizando, actualizando e especificando este terceiro sistema e modelo de propriedade e de gestão, para além dos dois tradicionais, a que normalmente se confinava a análise.

Três problemáticas novas emergiram com particular interesse para os temas desta Revista: a tomada em consideração de novos Comuns - para além dos recursos naturais, tradicionalmente tidos em conta, cada vez mais os Comuns imateriais (como o conhecimento, a cultura, o “software”, o dinheiro)³; a colocação da ênfase na gestão e na utilização comum, mais do que na propriedade; as pontes, cada vez mais evidentes, entre os Comuns e os princípios e os valores da Economia Solidária e do Desenvolvimento Comunitário.

É pois mais do que justificado o interesse da publicação, pela Revista de Economia Solidária, de números dedicados a este tema e às reflexões que tem suscitado. Aproveitando algumas das

¹ HARDIN, Garrett (1968), *"The Tragedy of the Commons"*. *Science*, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), pp. 1243-1248.

² Cf. OSTROM, Elinor (1990), *Governing the Commons - The evolution of institutions for collective action*. Cambridge, Cambridge University Press e OSTROM, Elinor et al. (1999), “Revisiting the Commons: Local Lessons, Global Challenges”, in *Science*, vol. 284 (9 de abril de 1999), pp. 278-282.

³ Pierre Dardot e Christian Laval, num livro recente, defendem a tese de que, no século XXI, os Comuns, mais do que bens ou recursos físicos, são co-actividades. Cf. DARDOT, Pierre et LAVAL, Christian (2014), *Commun. Essai sur la révolution au XXIe. siècle*. Paris, La Découverte.

comunicações que foram apresentadas no II Seminário Europeu EMES - Polanyi, realizado em 19 e 20 de Maio de 2016, em Paris, dedicado precisamente a este tema, entendeu-se de toda a utilidade dedicar dois números, o 11 e o 12, às reflexões sobre as relações entre os Comuns e a Economia Solidária, tendo em conta vários exemplos e diferentes ângulos de abordagem.

Neste número, começa-se por um artigo, preparado expressamente para nele ser incluído, da responsabilidade de dois dos mais conhecidos autores, que se têm debruçado sobre esta temática, e que reflectem sobre algumas das implicações de se articular os Comuns com o campo da Economia Social e Solidária.

De seguida, apresenta-se um artigo de Étienne Verhaegen sobre a relação entre os Comuns e as questões da Alimentação, através da consideração de sistemas agro-alimentares alternativos.

Um terceiro artigo, de Maité Juan, analisa o tema dos Comuns culturais e dos espaços públicos alternativos.

O quarto, de Pierre Yves Cadalen, dá conta dos problemas que a consideração dos Comuns coloca no Equador e na Bolívia.

No quinto, Eveline Baumann reflecte esta problemática a partir da lógicas camponesas e das suas relações com o Estado na Geórgia.

Antoine Perrin, no sexto, analisa as relações que se estabelecem entre a Economia Social e Solidária e os Comuns, a partir de um caso interessante, de uma associação indiana, a SEWA.

Finalmente, propõe-se também aos leitores um artigo, da responsabilidade de uma nova colaboradora da Revista, a socióloga japonesa Noriko Hataya, em que se aborda o papel dos movimentos sociais, na procura de modelos alternativos de Economia, comparando os dois campos de investigação a que se tem dedicado, a Colômbia e o Japão.

Espera-se, deste modo, contribuir para o lançamento desta discussão, a partir da Revista, voltando-se ao tema no próximo número.